CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Notas fiscais suspeitas: lições do caso Wi-Fi Livre SP

Fonte original: Fiscal.io - Blog. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Fiscal.io - Blog (conteudo.fiscal.io)
Autor	Vinicius Marcon
Data de publicação	14/07/2026 17:36
URL original	https://conteudo.fiscal.io/notas-fiscais-suspeitas-caso-wifi-livre-sp/
Relevância	Baixa · Contratos e dinheiro público · Reportagem
Organizações	Instituto Conhecer Brasil (ICB), Prefeitura de São Paulo, Complexsys
Data da coleta	01/10/2026 13:03
Situação	No ar · última verificação 26/11/2026 14:05
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Outras companhias, como Make One Digital, Complexsys e Ultra IP, foram investigadas por mais de R$ 11 milhões adicionais sob suspeita.

RESUMO

Notas fiscais suspeitas motivaram uma cobrança milionária da Prefeitura de São Paulo em julho de 2026. Do que se trata o caso das notas fiscais suspeitas do Wi-Fi Livre SP? Quais falhas tornaram essas notas fiscais suspeitas?

Notas fiscais suspeitas motivaram uma cobrança milionária da Prefeitura de São Paulo em julho de 2026. O programa Wi-Fi Livre, criado para levar internet gratuita a bairros periféricos, virou alvo de uma auditoria rigorosa.

Como resultado, o poder público identificou documentos fiscais questionáveis em um contrato de R$ 108 milhões. Esse tipo de falha, porém, não é exclusividade de contratos públicos.

Qualquer empresa que lida com muitos fornecedores corre o mesmo risco quando não confere suas notas fiscais de forma contínua. Por isso, entender o que aconteceu no caso Wi-Fi Livre ajuda a identificar sinais parecidos antes que eles cresçam.

A seguir, você vai entender como a prefeitura chegou a esse diagnóstico. Você também verá quais falhas fiscais apareceram com mais frequência e como evitar um problema semelhante.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Do que se trata o caso das notas fiscais suspeitas do Wi-Fi Livre SP?

A Prefeitura de São Paulo determinou a devolução de R$ 906 mil pelo Instituto Conhecer Brasil. O instituto administra o programa Wi-Fi Livre, que leva internet gratuita a regiões periféricas da capital.

O contrato entre a prefeitura e o instituto soma aproximadamente R$ 108 milhões. Entretanto, uma auditoria recente revelou um problema bem maior.

Segundo apuração do G1, o valor de notas fiscais suspeitas chega a R$ 12 milhões. Portanto, o problema vai muito além da quantia já cobrada.

Diferentes empresas contratadas pelo instituto emitiram esses documentos questionados. A Favela Conectada, por exemplo, apresentou duas notas suspeitas somando mais de R$ 1,2 milhão.

Outras companhias, como Make One Digital, Complexsys e Ultra IP, foram investigadas por mais de R$ 11 milhões adicionais sob suspeita. Esse padrão de falha, aliás, já apareceu no caso Renato Cariani, analisado antes neste blog.

Quais falhas tornaram essas notas fiscais suspeitas?

Segundo o relatório de fiscalização, três tipos de inconsistência fiscal se repetiram na auditoria. Juntas, elas explicam por que tantos documentos foram questionados.

Primeiro, fornecedores usaram notas fiscais canceladas para comprovar despesas já pagas. Um documento cancelado perde a validade fiscal, mas pode ser aceito se ninguém cruzar seu status com a SEFAZ.

Em segundo lugar, alguns fornecedores entregaram documentos sem informação suficiente sobre o serviço prestado. Descrições genéricas demais não sustentam o valor cobrado e levantam suspeita em qualquer auditoria.

Por fim, outros registros não atenderam às exigências contratuais definidas entre a prefeitura e o instituto. Esses documentos fogem das condições específicas do contrato, o que fragiliza a prestação de contas.

Nenhuma dessas falhas depende de perícia complexa para aparecer. Na verdade, são inconsistências fiscais que uma conciliação de rotina detecta com facilidade, mesmo em contratos com muitos fornecedores.

Por que documentos fiscais cancelados são aceitos como comprovante?

A maioria das empresas valida o status de uma nota fiscal apenas quando ela é recebida. Depois disso, raramente faz uma nova consulta antes da escrituração, do pagamento ou da prestação de contas.

Esse processo cria uma brecha importante. Uma NF-e pode ser autorizada pela SEFAZ e, posteriormente, ser cancelada pelo emissor dentro das hipóteses previstas na legislação.

Se ninguém consultar novamente sua situação, o documento pode continuar sendo utilizado como se permanecesse válido.

Foi justamente esse tipo de falha que apareceu na auditoria do programa Wi-Fi Livre SP. O problema não era, necessariamente, a emissão de notas frias, mas o uso de documentos que já não possuíam validade fiscal no momento em que serviram como comprovante de despesa.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Por isso, confiar apenas na validação realizada no recebimento não é suficiente. A conferência do status da nota deve fazer parte da rotina de conciliação fiscal.

Como o Instituto Conhecer Brasil poderia ter evitado notas fiscais suspeitas?

Como gestor do contrato, o instituto era responsável perante a prefeitura por comprovar as despesas de cada fornecedor. Essa responsabilidade exigia mecanismos de controle capazes de identificar problemas antes que eles se acumulassem.

Três medidas preventivas, se aplicadas desde o início, teriam reduzido bastante o volume de documentos suspeitos. Veja quais são elas:

- Auditoria periódica de fornecedores: cruzar CNPJ, situação cadastral e histórico de emissão antes de aceitar qualquer nota como comprovante.

- Validação do status da nota no momento do uso, e não apenas no recebimento, já que um documento válido na emissão pode ser cancelado depois.

- Exigência contratual de especificação mínima de serviço, rejeitando notas genéricas antes que entrem na prestação de contas.

Juntas, essas práticas transformam a auditoria de reativa em preventiva. Dessa forma, o instituto identificaria irregularidades semanas ou meses antes de uma fiscalização externa.

Como identificar fornecedores que seguem boas práticas fiscais?

Empresas que recebem um grande volume de documentos fiscais também podem reduzir riscos avaliando algumas práticas adotadas pelos próprios fornecedores.

Alguns sinais indicam processos fiscais mais organizados:

- emitir notas fiscais com descrição suficiente para identificar claramente o serviço ou produto fornecido;

- apresentar documentação de apoio quando exigida pelo contrato, como relatórios de execução ou comprovantes de entrega;

- manter consistência entre a nota fiscal, o contrato firmado e os documentos que comprovam a prestação do serviço.

Esses cuidados não eliminam a necessidade de conferência pelo contratante, mas reduzem a probabilidade de inconsistências que podem gerar questionamentos em auditorias.

Como o Fiscal.io Monitor identifica notas fiscais suspeitas?

Parte das inconsistências identificadas no caso Wi-Fi Livre poderia ser reduzida com uma rotina contínua de conferência das notas fiscais junto à base oficial da SEFAZ.

O Fiscal.io Monitor automatiza esse processo ao verificar o status dos documentos fiscais e identificar, por exemplo, notas canceladas que ainda permanecem registradas nos processos internos da empresa.

Além disso, a Conciliação Fiscal compara as informações escrituradas com os documentos fiscais eletrônicos e identifica divergências fiscais antes da entrega das obrigações acessórias.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Já aspectos como a qualidade da descrição da nota fiscal ou o cumprimento das condições previstas em contrato dependem de análise humana e dos controles internos da empresa, pois envolvem informações que não constam na base da SEFAZ.

Dessa forma, o Monitor atua como uma camada importante de validação fiscal, enquanto a conferência documental e contratual continua sendo responsabilidade da equipe responsável pela auditoria.

O caso do Wi-Fi Livre SP mostra como inconsistências aparentemente simples podem gerar impactos financeiros expressivos quando passam despercebidas por muito tempo.

Manter uma rotina de conferência dos documentos fiscais, especialmente quanto ao seu status na SEFAZ, ajuda a reduzir esse risco e fortalece os processos de auditoria.

Se você quer conhecer como o Fiscal.io Monitor automatiza a consulta de documentos fiscais e descobrir quais recursos estão disponíveis em cada plano, experimente gratuitamente a plataforma ou fale com nosso time para encontrar a solução mais adequada à sua operação.

HISTÓRICO

v1 · 01/10/2026 13:03 · como foi encontrada · página SHA-256 e933c405d20d2b31f33d…
26/11/2026 14:05 · Voltou ao ar (HTTP 200)
26/11/2026 07:05 · Saiu do ar (HTTP 429)
19/11/2026 23:36 · Voltou ao ar (HTTP 200)
19/11/2026 02:35 · Saiu do ar (HTTP 429)
15/11/2026 21:05 · Voltou ao ar (HTTP 200)
15/11/2026 01:05 · Saiu do ar (HTTP 429)
02/11/2026 23:05 · Voltou ao ar (HTTP 200)
02/11/2026 13:05 · Saiu do ar (HTTP 429)
30/10/2026 07:06 · Voltou ao ar (HTTP 200)
30/10/2026 00:35 · Saiu do ar (HTTP 429)
09/10/2026 00:36 · Voltou ao ar (HTTP 200)
08/10/2026 01:36 · Saiu do ar (HTTP 429)

Fonte original: https://conteudo.fiscal.io/notas-fiscais-suspeitas-caso-wifi-livre-sp/ · Coletado em 01/10/2026 13:03 · Gerado em 28/11/2026 00:01

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.